

HABEAS CORPUS Nº 548.407 - SP (2019/0355845-0)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ANNA CECILIA SILVA FERREIRA DE OLIVEIRA - SP259961
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIS FERNANDO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUIS FERNANDO DA SILVA, contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, que foi assim ementado (fl. 35):

Dirigir sem habilitação Resistência - Desacato Recurso defensivo requerendo a absolvição por insuficiência probatória - Provas francamente incriminadoras para as práticas delitivas - Depoimento dos policiais militares merecedores de credibilidade Confissão parcial do apelante quanto aos crimes de resistência e desacato - Penas e regimes fixados com critério - Penas bases fixadas acima do mínimo legal Personalidade deturpada, voltada para a prática delitiva Réu reincidente - Preponderância da agravante da reincidência sobre a atenuante da confissão Concurso material de crimes Penas somadas Regime inicial semiaberto - Inviável a substituição das penas privativas de liberdade por penas restritivas de direitos - Negado provimento ao recurso.

Consta do autos que o paciente foi condenado à pena de 1 ano, 7 meses e 1 dia de detenção, em regime semiaberto, pela prática dos crimes previstos nos arts. 329 e 331, ambos do Código Penal.

Inconformado, interpôs recurso de apelação perante a Corte de origem, que foi improvido.

No presente *writ*, a impetrante requer, em suma, o reconhecimento da confissão e a compensação com a agravante da reincidência.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, onde a pretensão trazida, de reconhecimento da confissão e a compensação com a agravante da reincidência, é de caráter eminentemente satisfativo, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a

Superior Tribunal de Justiça

necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator